

SUEVOS, BIZANTINOS E VISIGODOS NO SUL DA BÉTICA E DA LUSITÂNIA: ARTE, PERCURSOS E FRONTEIRAS

por

M. Justino Maciel*

A percepção dos contextos romano, suévico, bizantino e visigótico é fundamental para um visualizar da fronteira entre a Bética e a Lusitânia, que ainda hoje é, sensivelmente, a mesma entre o Sul de Espanha e o Sul de Portugal. O controlo de *Emerita Augusta*, que aquando das invasões não era apenas sede de Província mas também capital da *Dioecesis* de toda a Hispânia, é-nos referenciado pelo bispo de *Aquae Flaviae*, *Hydatius*, que viveu os acontecimentos. Descreve-nos ele a ocupação sucessiva desta cidade pelos Suevos a partir de 429, tornando-se permanente durante o reinado de Réquila, que ali morre em 448¹. Estas ocupações de Mérida e, em seguida, de Sevilha, por parte dos Suevos, estão intimamente ligadas ao importantíssimo papel desempenhado pelo Rio Guadiana, seja como fronteira, seja como percurso.

Os desmandos cometidos pelo Suevo Heremigário em Mérida, no ano de 429, bem como as rapinas a que submeteu as regiões próximas, chegaram ainda aos ouvidos de Geiserico, rei dos Vândalos, que já largara de Sevilha, descendo o *Baetis*, e se preparava, na costa gaditana, para passar a África com todo o seu povo. Idácio diz-nos que, ao tomar conhecimento disto, este rei, *voltando para trás com um número bastante grande dos seus, foi em perseguição daquele que se entregava à pilhagem na Lusitânia. Não longe de Mérida, que humilhara injuriando a Santa Mártir Eulália, mortos por Geiserico os bandidos que o acompanhavam, Heremigário pensou encontrar a sua salvação numa fuga mais veloz que o vento Euro, perecendo precipitado pelo braço divino no rio Guadiana.*

* Professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Texto apresentado nas I Jornadas Transfronteiriças, em Aroche, no dia 02 de Junho de 1995, cujas Actas até ao momento não foram publicadas.

¹ A. Tranoy, *Hydace, Chronique*, I, Paris, 1974, pp. 128-142.

*Pouco tempo depois, tendo assim desaparecido Heremigário, Geiserico continuou a viagem por barco que havia começado*². A travessia do Estreito por Geiserico com todos os Vândalos e suas famílias deu-se, segundo Idácio, no mês de Maio de 429³, podendo nós deduzir das suas informações que parte da armada vandálica teria subido o Guadiana até Mértola nos inícios deste mesmo ano. O recontro com os Suevos ter-se-á dado entre esta cidade e Mérida, tendo presente a expressão de Idácio *haud procul de Emerita*, se bem que a informação de que o chefe suevo morreu precipitado no Guadiana leve a pensar no seu troço navegável, ou seja, entre Mértola e a foz do rio.

Dez anos mais tarde, em 439, Réquila, rei dos Suevos, ocupa mais uma vez Mérida. Esta cidade já não era apenas a capital política da *Hispania*. Era já o maior centro peregrinacional da Península, pois lá se desloca muita gente a venerar as relíquias da Mártir Eulália, continuamente, até à época árabe. O domínio de *Emerita* pelos Suevos permitia-lhes deslocarem-se continuamente para o Sul, essencialmente para a Bética, onde podiam saquear as cidades e *Villae* cuja riqueza era por demais conhecida.

Nessa altura, a sede do Império Romano encontrava-se em Ravena, nas margens do Adriático, no Norte de Itália. Em vão os hispano-romanos, indefesos perante a barbaridade, enviavam os seus pedidos de auxílio à corte ravenática. Igualmente em vão esta despachava os seus embaixadores com promessas ou ameaças aos Suevos. No elenco dos emissários em busca de paz, surge, no ano de 440, o *Comes Censorius* que, no regresso, em Mértola, onde se dirigira para aí embarcar e descer o Guadiana, a fim de posteriormente alcançar o Mediterrâneo, é cercado pelos Suevos e se entrega⁴. Ficará cativo até à sua execução, oito anos depois, em Sevilha, sendo a sua morte um claro desafio ao poder imperial.

O percurso seguido pelo Embaixador do Império no seu regresso, e que teria sido já o da vinda da Itália, segundo o sentido do verbo utilizado, *redeo*, seria um dos caminhos preferidos para quem se dirigia de Mérida e da Lusitânia do Sul para o Mediterrâneo, nos meados do século V. A prisão de *Censorius* em Mértola demonstra que o domínio desta cidade permitiu aos Suevos o controle da nave-

² Idem, pp. 128-130: *Qui, priusquam pertransiret admonitus Heremigarium Sueuum uicinas in transitu suo prouincias depraedari, recursu cum aliquantis suis facto praedantem in Lusitania consequitur. Qui haud procul de Emerita, quam cum sanctae martyris Eulaliae iniuria spreuerat, maledictis per Gaisericum caesis ex his quos secum habebat, arrepto, ut putauit, euro uelocius fugae subsidio, in flumine Ana diuino brachio praecipitatus interiit. Quo ita extincto mox quo coeperat Gaisericus enauigauit.*

³ Idem, p. 128: *Gaericus rex, de Baeticae prouinciae litore, cum Vandalis omnibus eorumque familiis, mense Maio ad Mauretanium et Africam relictis transit Hispaniis.*

⁴ Idem, p. 136: *Censorius comes, qui legatus missus fuerat ad Sueuos, rediens Martyli obsessus a Rechila in pace se tradidit.*

gação do Guadiana e poderá ajudar a explicar o seu fácil acesso a Sevilha e consequente domínio das Béticas, logo no ano seguinte⁵.

No século VI, os Suevos continuaram a trocar embaixadores com o *Imperium*. São Martinho de Dume refere a ida dos legados suevos *ad Imperium*, desta vez com sede em Constantinopla⁶. Nessa altura, já a situação política tinha sofrido profundas alterações na Península. O reino suevo encontrava-se mais ou menos consolidado e a paz existia já com os luso e galaico-romanos, perante a conversão dos suevos ao catolicismo, religião daqueles. Por sua vez, o reino visigótico, entretanto instalado na Hispânia a partir do ano de 469, e com sede em Mérida, assistia à luta pelo poder entre os partidários de Ágila e de Atanagildo. Este pede auxílio ao Imperador Justiniano, que tinha conseguido já recuperar para o Império o Norte de África e a Itália. O imperador envia as suas tropas, comandadas pelo patrício Libério, que acabam por ocupar vastos territórios no Sul, a partir do ano de 552⁷. Consolidado o poder, Atanagildo de imediato abre hostilidades com os ocupantes e consegue reconquistar importantes cidades, como Sevilha. Leovigildo recuperará, de seguida, quase toda a Bética. Todavia, os anos passam, os reis visigodos sucedem-se e os bizantinos, ou melhor, os romano-ravenatico-bizantinos, com avanços e recuos, acabam por permanecer setenta e dois anos, pelo menos, no Sul da Hispânia, contribuindo para que o reino visigótico, pelo esforço de afirmação e de independência em relação aos ocupantes, evoluisse política, social, cultural e artisticamente, imitando e tentando mesmo superar o Império rival. A época de Leovigildo (567-586), com a adopção do protocolo da corte bizantina, é disso claro exemplo. Sendo ainda os visigodos arianos, a fuga ou exílio de católicos para Constantinopla agravava as clivagens na sociedade hispânica e augurava profundas mudanças. Os casos de Leandro de Sevilha e de João de Biclara, nascido em *Scallabis* (Santarém), são bons exemplos. Não se deve esquecer que a conversão dos reis visigodos, com Recáredo, oficializada no III Concílio de Toledo, em 589, em que estão presentes sessenta e dois bispos hispânicos, incluindo os de *Ossonoba* (Faro) e de *Pax Iulia* (Beja)⁸, se processa durante a ocupação bizantina. Para além de influências no vestuário régio e protocolo áulico, na progressiva reforma jurídica, religiosa e administrativa, na numismática e nas artes em geral, pensamos que as orientações da corte visigótica favoreceram a

⁵ Idem, p. 139: *Rex Rechila, Hispali obtenta, Baeticam et Carthaginiensem prouincias in suam redigít potestatem*.

⁶ C. W. Barlow, *Martini Episcopi Bracarensis Opera Omnia*, New Haven, 1950, p. 257: *Et a Constantinopolitanae urbis praesule, praesentibus huius regno legatis qui ad Imperium fuerunt destinati...*

⁷ Isidoro de Sevilha, *Chronicon*, 115: *In Hispaniam per Athanagildum tyrannum Romanus miles ingreditur* (J.-P. Migne, *Patrologia Latina*, 83, 1054).

⁸ J. Vives, *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Barcelona, 1963, p. 136.

adoção de um tipo de planta cruciforme cujos modelos são indubitavelmente ravenatico-bizantinos. A sua ocorrência é visível designadamente na zona de Toledo e sua área de influência.

As últimas referências sobre a ocupação bizantina são-nos dadas por Isidoro de Sevilha, contemporâneo dos acontecimentos, na sua *Historia de Regibus Gothorum, Wandalorum et Sueuorum*. Segundo ele, reinando em Constantinopla o imperador Heráclio, o chefe visigodo Suintila, ainda sob o reinado do rei Sisebuto, submeteu completamente as fortificações bizantinas, que de modo significativo classifica simplesmente de romanas (*Romana castra*)⁹. Aliás os ocupantes são sempre referidos como romanos, porque continuadores, de facto, do antigo Império. Uma vez rei, o mesmo Suintila, *travado combate, conquistou as restantes cidades que a mão romana comandava e alcançou uma engrandecida glória perante todos os outros reis, com a felicidade de um triunfo admirável. Ele foi o primeiro, na monarquia visigótica, a exercer o domínio de toda a Hispânia até às ondas do Mar Oceano, o que ninguém antes conseguiu. Sublinhou com esta luta o valor da sua coragem ao vencer dois patrícios, conquistando um pela prudência e submetendo o outro pela força do combate*¹⁰.

Destas palavras de Isidoro, que viveu intensamente estes tempos, de tal modo que desde jovem nele se formou como que uma mentalidade de fronteiriço, na feliz expressão de Jacques Fontaine¹¹, se deduz que os romano-bizantinos chegaram a ocupar, na última fase, territórios até ao Oceano. Tradicionalmente, tem-se pensado mesmo que o Algarve, pelo menos, foi ocupado. Assim o admitiram Ch. Lebeau¹², F. Goerres¹³, M. Torres¹⁴, P. Goubert¹⁵, J. Fontaine¹⁶ e J. Alarcão¹⁷.

⁹ Isidoro de Sevilha, *Historia de Regibus Gothorum, Wandalorum et Sueuorum*, 62: *Aera DCLIX, ann. Imperii Heraclii X, gloriosissimus Suintila gratia diuina regni suscepit scepra. Iste sub rege Sisebuto ducis nactus officium Romana castra perdomauit, Ruccones superauit* (J.-P. Migne, *Patrologia Latina*, 83, 1074).

¹⁰ *Ibidem*: *Postquam uero apicem fastigii regalis conscendit, urbes residuas quas in Hispaniis Romana manus agebat, praelio conserto obtinuit, auctamque triumphii gloriam prae caeteris regibus felicitate mirabili reportauit. Totius Hispaniae infra Oceani fretum monarchia regni primus idem potitus, quod nulli retro principium est collatum. Auxit eo praelio uirtutis ejus titulum duorum patritiorum obtentus, quorum alterum prudentia suum fecit, alterum uirtute praelii sibi subiecit.*

¹¹ J. Fontaine, *L'Art préroman hispanique*, Yonne, 1973, p. 120.

¹² Ch. Lebeau et J. de Saint Martin, *Histoire du Bas-Empire*, Paris, 1828, IX, pp. 307-308. Cit. por P. Goubert.

¹³ F. Goerres, *Die byzantinischen Besitzungen na den Küsten des spanisch-westgotisches Reiches (554-624)*, in *Byzantinische Zeitschrift*, XVI, 1907, p. 530. Cit. por P. Goubert.

¹⁴ M. Torres, *Las invasiones y los reinos germánicos de España (Años 409-711)*, in *Historia de España* (Dir. R. Menéndez Pidal), III, Madrid, 1940, pp. 114-116.

¹⁵ P. Goubert, *Le Portugal byzantin*, in *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, Nouvelle Série (Coimbra) XIV (1950) 273-282.

¹⁶ J. Fontaine, *Isidore de Seville et la culture classique dans l'Espagne Wisigothique*, Paris, 1983, p. 868.

¹⁷ J. Alarcão, *A Cidade de Balsa*, in J.U.S. Nolen, *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares*, Lisboa,

O interesse da pesquisa sobre as últimas fronteiras da ocupação bizantina no Sul da Península é evidente para a resolução de muitas dúvidas que temos sobre o conhecimento da evolução socio-religiosa, cultural e artística da Hispânia na segunda metade do séc. VI e inícios do século VII, ou seja, nos finais do chamado Século de Justiniano.

A investigação sobre o grau de aculturação com a civilização romano-ravenático-bizantina no Sul da Hispânia, e designadamente na zona de contacto entre a Bética e a Lusitânia, passará pela leitura de textos contemporâneos, sejam eles históricos, litúrgicos, literários ou canónicos, pelo incremento das escavações arqueológicas e pelos estudos de História da Arte. A pesquisa nos campos da iconografia e da arquitectura, poderá apontar caminhos novos que levem a conclusões, positivas ou negativas, sobre o impacto da ocupação romano-ravenático-bizantina no Sul da Península, nomeadamente nesta zona a que tradicionalmente o rio Guadiana tem trazido uma dinâmica de fronteira.

Setenta anos de permanência é muito tempo. Todavia, o carácter efémero de que se reveste uma ocupação militar, ainda com a agravante de as suas fronteiras sofrerem uma contínua alteração, com domínio sobretudo das cidades marítimas ou facilmente acessíveis fluvialmente por grandes barcos, leva-nos a pensar que não teria havido tempo para instaurar uma arquitectura genuinamente bizantina, embora possa haver pequenas excepções, como será o caso da recentemente confirmada *ecclesia* cruciforme do Montinho das Laranjeiras, na margem direita do Guadiana, no Algarve¹⁸. Mesmo na África do Norte, onde a ocupação foi melhor sucedida, no que respeita à arquitectura religiosa, os bizantinos apenas fizeram restauros, reordenamentos e outras soluções pragmáticas em basílicas, segundo J. Lassus¹⁹. Mas no que respeita às fortificações militares, no Norte de África registou-se todo um planeamento e construção que ainda hoje podemos constatar²⁰. Em Portugal, para além das possíveis semelhanças encontradas por F. Almeida na

1994, p. 3. Mais recentemente, e após a apresentação desta nossa Comunicação em Aroche, Teresa Júdice Gamito tomou também posição neste sentido (T.J. Gamito, *As muralhas de Faro e os vestígios bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo*, in *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, 1996, pp. 259-268).

¹⁸ M. Justino Maciel, A "Villa" romana fluvial do Montinho das Laranjeiras, junto ao Guadiana (Algarve), *Escavações de 1991*, in *Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana, Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del Suroeste*, Huelva, 1994, pp. 469-484. A recente publicação de T.J. Gamito, citada na nota anterior, chama também a atenção, na pág. 263 e figs. 5 e 6, para a possível origem bizantina do Forte e da Capela da Senhora da Rocha, Porches, Lagoa, a poente de Armação de Pera. A entrada trifórica, um capitel da Antiguidade Tardia e outro originariamente de imposta legitimam uma ligação da arquitectura desta pequena capela aos contextos bizantinos.

¹⁹ J. Lassus, *La basilique africaine*, in *Corsi di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna, 1970, p. 234.

²⁰ N. Duval, *L'État actuel des recherches sur les fortifications de Justinien en Afrique*, Sep. de XXX *Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna, 1983.

chamada Torre de Sisebuto, em Évora, bem como em outras duas na mesma cidade, com uma torre octogonal da muralha teodosiana de Constantinopla²¹, nada mais há referenciado como sendo tradicionalmente considerado arquitectura militar desta época. Estas muralhas de Évora poderão, de facto, ser reconstruídas, conservando ou não, designadamente no que respeita às torres, fundamentos mais antigos. Poderão também ser posteriores. Todavia, é necessário encarar de frente o estudo destas e de outras muralhas existentes no Sul de Portugal e não ter receio de, numa perspectiva cartesiana e metodológica, levantar outras hipóteses, pois só assim a investigação poderá sair do impasse em que se encontra no conhecimento deste tempo de transição entre a Antiguidade Tardia e a Idade Média. Cremos que uma especial atenção deverá ser dirigida para alguns panos de muralha e de torres, bem como de outras construções de semelhante aparelho, designadamente em Faro, Tavira e Mértola. A comparação, em termos de planta e de *opera*, com as fortificações bizantinas no Norte de África poderá ser útil para avançar na reflexão, que não poderá dispensar a escavação arqueológica nem um completo levantamento arquitectónico.

Nesta perspectiva, o estudo de uma construção portuária existente em Mértola poderá, cremos, dar bons frutos. Ligando as muralhas ao rio Guadiana, continua hoje sem uma leitura clara, tendo sido classificada como ponte, como aqueduto ou plataforma para elevar água ou mesmo como infra-estrutura para fechar o porto, impedindo a entrada ou saída de barcos²². É legítimo levantar a questão da sua utilização nas épocas em que documentalmente Mértola e o Guadiana nos surgem relacionados com Ravenáticos, Suevos, Vândalos e Romano-Bizantinos.

O estudo arquitectónico do monumento portuário de Mértola, dos materiais nele utilizados ou reutilizados, bem como das marcas das transformações a que

²¹ F. Almeida, *Arte Visigótica em Portugal*, Sep. de *O Arqueólogo Português*, Nova Série, IV, Lisboa, 1962, pp. 190-191, figs. 72-73. Alguns troços das muralhas de Évora já desde o início do séc. XIX eram consideradas como obra visigótica para defesa contra os bizantinos. Assim o registou Ch. Lebeau, em 1828, segundo P. Goubert, *op. cit.*, p. 276. Uma leitura recente de C. Torres e S. Macias, aceitando o assentamento em fundações anteriores, atribui-as aos princípios do séc. X, por estar documentada a sua total reconstrução após a razia de Ordonho II, no ano de 913 (C. Torres e S. Macias, *A arte islâmica no Ocidente Andaluz*, in *História da Arte Portuguesa* (dir. Paulo Pereira), I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 166).

²² Vitruvius já havia escrito: *De um e de outro lado dos portos deverão ser erguidas torres, a partir das quais, por meio de máquinas, se possam passar correntes de ferro de um lado ao outro (Turresque ex utraque parte conlocandae, ex quibus catenae traduci per machinas possint) De Arch.*, V, XII, 1.

Em termos teóricos, esta construção portuária de Mértola poderá encontrar neste texto uma primeira explicação. Uma outra é a que propôs F. Almeida, que a situa no contexto árabe (F. Almeida, *As ruínas da chamada ponte romana de Mértola (Portugal)*, in *Madridier Mitteilungen* (Madrid/Mainz) 17 (1976) 295-300).

É necessária uma leitura monográfica que tenha em conta a evolução do todo construído de Mértola, que sempre foi, até meados do séc. XX, essencialmente uma cidade portuária.

eventualmente foi sujeito, poderá igualmente ser útil para concluir pela positiva ou pela negativa em relação à ocupação bizantina desta região. Com efeito, como afirma J. Alarcão, pensa-se que Mértola manteve a sua importância no período da ocupação bizantina²³. Esta reflexão sobre a torre e pilares da estrutura portuária de Mértola poderá ser extremamente útil para conhecer o significado dessa importância, juntamente com o estudo da decoração funerária e litúrgica mirtilense, paralelamente com a percepção da escultura arquitectónica de contexto litúrgico em Mérida, Beja e Sines. A relação destas manifestações artísticas com a Arte Ravenática é, pelo menos, indirecta e poderá ter sido consolidada com a possível circunstância de a administração eclesiástica de *Ossonoba*, *Pax Iulia* e mesmo *Ebora* e *Olisipo* se ter integrado também no contexto bizantino. Sabemos que, nos territórios ocupados, ela se tornava, por regra, independente da hierarquia da Hispânia visigótica, sendo essa uma das razões por que o metropolitano de Toledo conseguiu a supremacia da Cartaginense. Com efeito, a sede tradicional desta, *Carthago Spartaria* – Cartagena – esteve sempre ligada aos bizantinos enquanto durou a ocupação.

Em 619, cinco anos antes da derrota definitiva dos bizantinos, Teodulfo, bispo de Málaga, apresentou ao II Concílio de Sevilha uma petição afirmando que a antiga diocese da dita cidade havia sido desmembrada em outro tempo por ocasião de umas operações militares e havia passado parcialmente ao poder das igrejas de *Ecija*, *Elvira* e *Capra*²⁴. No mesmo Concílio foi resolvida uma querela entre os bispos Fulgêncio de Ecija e Honório de Córdoba pela posse de uma paróquia²⁵. São situações que poderão ter, pelo menos indirectamente, a ver com os limites administrativos alterados em consequência da ocupação bizantina.

A ausência de bispos de cidades, designadamente marítimas, ocupadas pelos bizantinos é notada nos concílios gerais visigóticos e foi provada por P. Goubert²⁶. No referente ao Sul da Lusitânia, notamos que os bispos Pedro de Ossónoba/Faro, Palmácio de *Pax Iulia*/Beja e Paulo de Olisipo/Lisboa estiveram presentes no Concílio de Toledo de 589, e assinaram as respectivas Actas²⁷. No seguinte, em 597, participam o de Évora, Iósimo, e o de Beja, Laufo, mas está ausente o de Faro e o de Lisboa²⁸. No IV Concílio de Toledo, reunido já em 633, e repare-se que o concílio geral só voltou a reunir trinta e seis anos depois, após a expulsão definitiva dos bizantinos, aparecem quase todos os bispos hispânicos, incluindo

²³ J. Alarcão, *Roman Portugal*, II, 3, Warminster, 1988, p. 201.

²⁴ J. Vives, *op. cit.*, pp. 163-164.

²⁵ *Idem*, p. 164.

²⁶ P. Goubert, *L'Espagne byzantine*, in *Études Byzantines* (Paris) IV (1946) 85-110.

²⁷ J. Vives, *op. cit.*, p. 136.

²⁸ *Idem*, p. 157.

Viarico de Lisboa, Sisisclo de Évora e Moderário de Beja. Mas o de Faro continua ausente, quando lá aparecem já os de Medina Sidónia e Niebla²⁹. No V Concílio, em 636, a mesma ausência, desta vez também com a dos bispos de Beja e Évora, mas continuando presente Viarico de Lisboa³⁰. Falta ainda no VI, em 638, juntamente com o de Beja³¹ e no VII, no ano de 646³². No VIII Concílio de Toledo, reunido em 653, surge já um diácono, Sagarelo, representando o bispo ossonobense Saturnino³³. No IX Concílio registou-se a ausência de todos os bispos da Lusitânia³⁴, uma vez que não se tratou de um concílio geral. Será o concílio provincial, reunido no ano de 666, a registar, finalmente, a presença pessoal do bispo de Faro, que então era Exarno, juntamente com todos os demais bispos da Lusitânia³⁵.

Dos elementos disponíveis se conclui que a diocese de Ossónoba/Faro, que surge representada já no Concílio de Elvira, nos inícios do séc. IV, deixa de enviar o seu representante aos concílios gerais hispânicos a partir do ano de 597 e só volta a fazê-lo, pelo menos documentalente, a partir do ano de 653, ou seja, após um lapso de tempo de cinquenta e seis anos. Representará isto uma ocupação de Ossónoba e do Algarve por parte dos romano-bizantinos durante a fase final da sua estadia na Península? Terá sido Ossónoba um dos pontos da costa que continuou sob o domínio ou a influência bizantina após os combates de 624? P. Goubert põe claramente esta questão sobre o domínio bizantino no Algarve e conclui dizendo que *o caso de Ossónoba insere-se num contexto histórico indubitável*³⁶.

Infelizmente, a documentação é quase nula para sabermos algo mais sobre esta última fronteira peninsular antes das invasões árabes. São de algum interesse, talvez mais literário do que histórico, mas mesmo assim reportadas à realidade dura, cruel e trágica da guerrilha que, de facto, existiu, as cartas trocadas entre o rei visigodo *Sisebutus* (612-620) e o legado imperial bizantino, comandante-em-chefe das forças ocupantes, o patrício *Caesarius*³⁷. Dão-nos conta do cansaço, da desolação e do sem sentido de uma guerra intermitente ao longo de mais de setenta anos. Frases como *rios de lágrimas, imensa carnificina e cativeiros de parte a parte* levam o rei Sisebuto a perguntar ao representante do Imperador

²⁹ Idem, pp. 223-224.

³⁰ Idem, pp. 230-231.

³¹ Idem, pp. 246-248.

³² Idem, pp. 257-259.

³³ Idem, 288.

³⁴ Idem, pp. 306-307.

³⁵ Idem, p. 343.

³⁶ P. Goubert, *Le Portugal byzantin*, op. cit., pp. 280-281.

³⁷ Sisebuto, *Epistulae*, J.-P. Migne, *Patrologia Latina*, 80, 365-370.

Heraclius, então reinante (610-641), *porquê as mortes nos combates, porquê a peste assídua, porquê a calamidade ruinosa?*³⁸ Estas cartas dão-nos ainda conta das negociações de paz envolvendo a libertação de reféns, designadamente eclesiásticos, e a troca de embaixadores e de presentes entre o rei visigodo e o imperador, residente em Constantinopla. Esta derrota dos bizantinos nas Hispânicas seria bem difícil de compreender se o Imperador não estivesse com sérios problemas nas fronteiras orientais, de que só conseguiu recuperar em 630, com a vitória definitiva sobre os Persas.

Suevos, Bizantinos e Visigodos no Sul da Bética e da Lusitânia: criaram fronteiras que se revelaram dinâmicas e geradoras de caminhos novos, em continuidade, que levaram a um enriquecimento humano, cultural e artístico. Lançados sofregamente no interior de um império em crise, os bárbaros a pouco e pouco foram desenvolvendo os seus próprios valores, em grande parte através do contacto e da aculturação com o povo hispano-romano que espezinharam, e mesmo com os romano-bizantinos, representantes do antigo *statu quo*, os quais agora também traziam a inquietação e a rapina. Todavia, da emulação entre todos surgiu o bom senso e um renascimento cultural e artístico cujos dinamizadores foram, entre os Suevos, um *Homo Novus* chamado Martinho de Dume que, segundo um seu contemporâneo, não teve culturalmente quem se lhe iguasse no seu tempo³⁹ e, entre os Visigodos, outro *Homo Novus* chamado Isidoro de Sevilha que, também segundo um seu contemporâneo, foi suscitado por Deus para restaurar os monumentos da Antiguidade⁴⁰. Ambos influenciaram outro luminar hispânico destes tempos, Frutuoso de Braga, que viajou por toda a Península, designadamente entre Mérida, Sevilha e Cádiz, ora calcorreando as antigas vias, ora navegando no *Baetis* ou no *Anas* e no mar Oceano, transportando consigo códices, visitando basílicas e erigindo *monasteria*⁴¹.

BIBLIOGRAFIA

- J. ALARCÃO (1994) – A cidade de Balsa, in J.U.S. Nolen, *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares*, Lisboa, pp. 1-4.
J. ALARCÃO (1988) – *Roman Portugal*, II, 3, Warminster, p. 201.
F. ALMEIDA (1962) – *Arte visigótica em Portugal*, Sep. de *O Arqueólogo Português*,

³⁸ Idem, *Sisebuti regis ad Caesarium, per Ansemundum directa*, 80, 367.

³⁹ Gregório de Tours, *Historia Francorum*, V, 37, J.-P. Migne, *Patrologia Latina*, 71, 352-353: *In tantum se litteris inluit, ut nulli secundus suis temporibus haberetur.*

⁴⁰ Bráulio de Saragoça, *Renotatio librorum diui Isidori*, J.-P. Migne, *Patrologia Latina*, 82, 65.

⁴¹ *Vita Fructuosi*, Caps. XI-XVI, J.-P. Migne, *Patrologia Latina*, 87, 464-467.

Nova Série, IV, Lisboa.

- F. ALMEIDA (1976) – As ruínas da chamada ponte romana de Mértola (Portugal), in *Madriider Mitteilungen* (Madrid/Mainz) 17, 295-300.
- C. W. BARLOW (1950) – *Martini Episcopi Bracarensis Opera Omnia*, New Haven.
- N. DUVAL (1983) – *L'État actuel des recherches sur les fortifications de Justinien en Afrique*, Sep de XXX *Corso di Cultura sull'Arte Ravennate e Bizantina*, Ravenna.
- J. FONTAINE (1983) – *Isidore de Seville et la culture classique dans l'Espagne Wisigothique*, Paris.
- J. FONTAINE (1973) – *L'Art préroman hispanique*, Yonne.
- T. J. GAMITO (1996) – As muralhas de Faro e os vestígios bizantinos da ocupação da cidade e do seu sistema defensivo, in *Miscellanea em Homenagem ao Professor Bairrão Oleiro*, Lisboa, pp. 259-268.
- P. GOUBERT (1946) – L'Espagne byzantine, in *Études Byzantines* (Paris) IV 85-110.
- P. GOUBERT (1950) – Le Portugal byzantin, in *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, Nouvelle Série (Coimbra) XIV 273-282.
- M. J. MACIEL (1996) – *Antiguidade Tardia e Paleocristianismo em Portugal*, Lisboa.
- M. J. MACIEL (1995) – A Arte da Antiguidade Tardia (séculos III-VIII, ano de 711), in *História da Arte Portuguesa* (Dir. Paulo Pereira), I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 102-149.
- M. J. MACIEL (1994) – A “Villa” romana fluvial do Montinho das Laranjeiras, junto ao Guadiana (Algarve), Escavações de 1991, in *Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del Suroeste, Arqueología en el entorno del Bajo Guadiana*, Huelva, pp. 469-484.
- M. J. MACIEL (1995) – L'Art paléochrétien au Portugal à l'époque justinienne, *International Conference “Early Christianity and Albania”*, Tirana.
- M. J. MACIEL (1998) – *Trois églises de plan cruciforme au Portugal et les trajets méditerranéens des VI et VII siècles*, Sep. de *Acta XIII Congressus Internationalis Archaeologiae Christianae* (Split/Porec, 1994, Città del Vaticano-Split).
- J.-P. MIGNE (1844 ss) – *Patrologia Cursus Completus – Series Latina*, Paris.
- A. TRANOY (1974) – *Hydace, Chronique*, Paris.
- J. VIVES (1963) – *Concilios visigóticos e hispano-romanos*, Barcelona.